NOTÍCIAS AFRICANAS 69

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL • 25 A 31 DE JULHO DE 1994

ÁFRICA DO SUL

Mandela avança na política externa para resolver impasses internos

Os episódios mais significativos da cena política sul-africana não estão restritos aos sucessivos escândalos [illegible] por Winnie Mandela. Enquanto a vice-ministra das Artes e Cultura enreda-se cada vez mais em acusações, a África do Sul persegue objetivos ousados em sua política externa, sintonizados com os interesses ocidentais.

Aliás, é preciso salientar, tal reestruturação da política externa sul-africana, claramente inspirada na idéia de afirmar a África do Sul como potência regional, é diretamente derivada do caráter democrático do regime sul-africano. Durante os anos de vigência do regime segregacionista do *apartheid*, a África do Sul tentava se impor pela força, apoiando militarmente a Unita e a Renamo. Agora, com a redemocratização, há um novo viço na política externa sul-africana, baseado no diálogo.

Estratégia diversionista – Por outro lado, talvez as tentativas sul-africanas de mediar os conflitos internos de Angola e Moçambique estejam animadas por uma estratégia diversionista. Ao concentrar esforços na execução de uma política externa inédita, diminuiria a expectativa por resultados imediatos na resolução das injustiças sociais enfrentadas pelos negros sul-africanos.

Pde-se sugerir ainda que o fato de o gabinete de Mandela ser fruto de uma coalisão aumenta o espaço de ação nos setores menos melindrosos, como a formulação de políticas externas. Reforçando tal perspectiva, deve ser lembrado que a ferocidade do jogo de poder na África do Sul foi o suficiente para quase vitimar de imediato a atual ministro das Finanças, Derek Keys, remanescente do gabinete de Frederick de Klerk.

Desgastado com as pressões feitas pelo ANC para injetar mais recursos nos investimentos sociais, Keys está com saída marcada para outubro. Esse exemplo evidencia as dificuldade de encontrar consenso em meio a interesses tão díspares como os encontrados no governo de coalisão sul-africano.

Federalização – Especula-se, também, acerca do relacionamento entre o governo central e os governos provinciais. No caso, o temor, como poderia se supor, não está no trato administrativo com as províncias comandadas por governos do Inkatha e do Partido Nacional – apenas duas de um total de nove províncias. O pessimismo surge da possibilidade de crise com as lideranças fortes do ANC eleitas para esses governos.

Em tal análise, a federalização da África do Sul é um processo que irá levar à federalização da próprio ANC. Na verdade, esse enfoque é muito marcado pela idéia de que o ANC é uma frente de tendências políticas divergentes fadada a implodir após a consecução do objetivo histórico de demolir o *apartheid*.

Qualquer que seja o entendimento que se tenha da atual política sul-africana, é necessário frisar que os rumos novos da diplomacia sul-africana tornam o apoio da comunidade financeira internacional mais firmes. Com uma diplomacia ágil e sintonizada com os interesses ocidentais, a África do Sul cumpre um importante papel na transição política em Moçambique e Angola, países fundamentais para a estabilidade da própria África Austral. E se qualifica como nação plenamente integrada nos circuitos financeiros internacionais, habilitando-se para captar os recursos no exterior capazes de fazerem os sul-africanos terem os instrumentos necessários para resolver seus problemas internos.

Roquinaldo Amaral Ferreira
(Pesquisador do CEAA)

NESTA EDIÇÃO

- Governo de curta duração 2
- Dissolvida a Assembléia Nacional 2
- Heseltine na África 2
- Toda a oposição vai votar Ialá 3
- Uma coligação seria óptimo 4
- O desfecho que se previa 4
- "Ka na tem Ruanda" 5
- Como lidar com Israel 6
- Recenseamento até 20 de agosto 7
- Angola 'namora' investimentos 7
- Quando a Guiné acordar 8
- 'Segunda volta é fácil' 9
- 'Ganho sem fraude' 9
- Os meninos operários da Guiné 10
- Reconverter os armamentos 12
- Pretória confiante 13
- A primeira visita de Mandela 13
- Savimbi diz sim a diálogo com Mandela 14
- A festa das Tordesilhas 14

ASSINE JÁ • LIGUE 531-2000 RAMAL 259
ASSINE JÁ • LIGUE 531-2000 RAMAL 259
ASSINE JÁ • LIGUE 531-2000 RAMAL 25
ASSINE JÁ • LIGUE 531-2000 RAMAL 2
ASSINE JÁ • LIGUE 531-2000 RAMAL
ASSINE JÁ • LIGUE 531-2000 RAMA
ASSINE JÁ • LIGUE 531-2000 RAM
ASSINE JÁ • LIGUE 531-2000 RA

Meninos da rua revoltam-se em Luanda

EXPRESSO, 9.7.94

AO CONTRÁRIO do que chegou a noticiar a informação angolana e, posteriormente, os jornais portugueses, Manucho Mateus, de 10 anos, refugiado de Malange, barbaramente espancado por Marta dos Santos, não morreu. A violência do acto de que o Manucho — um entre os milhares dos «meninos da rua» que a guerra concentrou em Luanda — foi vítima fez desencadear o maior motim infantil jamais registado em Angola.

Na terça-feira, um grupo de «meninos da rua», armados de paus, pedras e tudo o que conseguiram arranjar, invadiu o apartamento de Marta dos Santos. Esta fugira do prédio, situado no Largo Serpa Pinto, e os polícias que ali se encontravam de guarda abandonaram o local assim que o seu turno terminou e não foram rendidos.

«Estamos a levar o televisor, o vídeo e o resto desta assassina, para que outros não nos voltem a maltratar», disse Ambrósio Chibanga, de 14 anos, refugiado da província do Uíje e «morador» dos passeios em frente ao «Jornal de Angola». «Vamos matar quem se aproximar.»

Era o início da revolta, que se estendeu a outras artérias da baixa de Luanda. Centenas de «meninos da rua», misturados com marginais, apedrejaram indiscriminadamente viaturas e agrediram vendedoras ambulantes, num verdadeiro cortejo de saques.

Considerado «funcionário» de Marta dos Santos por se encarregar da lavagem regular do automóvel desta, o Manucho terá sido apanhado a tentar roubar o espelho retrovisor da referida viatura. A «patroa» amarrou-o de pés e mãos, espancou-o e atirou-o do quinto andar pelas escadas abaixo.

A história de Manucho e Marta é, como disse ao EXPRESSO Valentim Mendes, psicólogo ligado a uma associação de defesa dos direitos das crianças, «da responsabilidade de uma sociedade que está completamente doente».

Tão doente que, na quinta-feira da semana passada, uma criança morreu na sequência de uma disputa por um par de ténis. Há três semanas, Miguel Bragança, de 15 anos, vendedor com «banca» montada em frente ao Hotel Tivoli, foi espancado por um polícia que queria um «pagamento» de 10 latas de cerveja. Dias depois, o Miguel advertia: «Não conseguimos estudar, estamos a vender para sobreviver e a polícia rouba as nossas coisas. Mas a gente vai organizar-se e nada será como dantes.»

GUSTAVO COSTA
correspondente em Luanda

Governo de curta duração

PÚBLICO, 10.7.94

OS OITO ministros que integram o Governo são-tomense de iniciativa presidencial nomeado na quinta-feira foram ontem empossados pelo Presidente Miguel Trovoada no Palácio do Povo, numa cerimónia breve e protocolar.

Ao discursar na ocasião, Trovoada afirmou não ser razoável esperar do novo executivo nem grandes realizações nem transformações profundas, tendo em conta que a sua função essencial será assegurar a transição até às legislativas [dentro de um prazo mais ou menos curto].

O chefe do Estado pôs uma ênfase especial na necessidade de se garantir a ordem pública, a paz e a tranquilidade e exortou o novo Governo a dar mostras de um maior rigor na moralização de costumes e na gestão da coisa pública.

Observadores subentenderam naquela passagem do discurso uma alusão a rumores segundo os quais os ministros do Governo cessante estariam a esvaziar os gabinetes de dossiers e equipamentos para dificultar a acção do novo executivo.

O primeiro-ministro Evaristo de Carvalho, duas vezes empossado, na segunda-feira como chefe do Governo e ontem como ministro do Defesa e Ordem Interna, insistiu também na necessidade de preservar a estabilidade e a paz social, tendo afirmado ainda que é "preciso ultrapassar a crise e viabilizar o país, por que a democracia só existe onde existe a concórdia".

O Partido da Convergência Democrática (PCD), que continua a deter uma escassa maioria no Parlamento, após a exoneração do seu segundo Governo no dia 2 deste mês, não se fez representar na cerimónia. Insiste na inconstitucionalidade das decisões do Presidente da República e exige a antecipação tanto das legislativas de 1995 como das presidenciais de 1996, "de modo a que para a presente crise, forjada pelo Presidente, possa ser encontrada uma saída nas urnas".

A favor da antecipação das legislativas pronuncia-se também o MLSTP, que será provavelmente o maior beneficiário da crise, caso esta venha a redondar, como tudo parece indicar, numa antecipação das legislativas. O respectivo secretário-geral, Carlos Graça, não esteve presente ao acto de empossamento do novo gabinete. Mas fez-se representar, 24 horas depois de um lacónico comunicado da Comissão Política ter indicado que o novo Governo deveria ser de curta duração. Um alto dirigente do mesmo partido disse ao PÚBLICO que o passo seguinte, após a formação deste Executivo, que o MLSTP reiteradamente prometera viabilizar, seria chumbá-lo no Parlamento, provocar a dissolução da Assembleia e partir para eleições dentro de três meses. ■

Conceição Lima, em São Tomé

Dissolvida a Assembleia Nacional

O PRESIDENTE de São Tomé e Príncipe, Miguel dos Anjos Trovoada, assinou ontem o decreto que dissolve a Assembleia Nacional eleita em Janeiro de 1991 e prevê eleições legislativas antecipadas, a efectuar no prazo máximo de três meses, disse ao PÚBLICO fonte oficial, segundo a qual o documento seria pelas 19h30 locais (21h30 em Lisboa) lido aos microfones da Rádio Nacional.

Na véspera, o Presidente, também ele eleito em 1991, mas em Março, empossara um Governo de apenas oito elementos, dizendo que a sua função essencial seria assegurar a transição até às legislativas, que já quase toda a gente admitia que se efectuassem possivelmente em Outubro próximo. E isto depois de no sábado anterior haver exonerado o gabinete de Norberto Costa Alegre, o segundo saído das fileiras do Partido da Convergência Democrática (PCD), vencedor das primeiras eleições multipartidárias que se efectuaram no arquipélago.

A Assembleia Nacional deveria reunir-se hoje, a fim de debater se a atitude do Presidente, ao exonerar um Governo cuja gestão criticava e designar outro de sua própria iniciativa, era ou não constitucional. Mas Trovoada não teria querido enfrentar a hipótese de ser condenado pelos 28 deputados com que o PCD conta, num total de 55. Conceição Lima, em São Tomé. ■

PÚBLICO, 11.7.94

Heseltine na África

PÚBLICO, 11.7.94

O MINISTRO britânico do Comércio, Michael Heseltine, uma das mais destacadas personalidades do Partido Conservador, chegou ontem a Joanesburgo à frente da mais importante missão comercial que o Reino Unido jamais enviou à África do Sul.

Tendo viajado dias depois da importante deslocação oficial do Presidente francês a terras sul-africanas, Heseltine declarou à chegada esperar que a sua viagem lhe permita ficar a conhecer melhor "uma das transformações mais interessantes da cena política mundial".

Com 60 elementos, esta delegação britânica mostra bem que Londres não quer ficar atrás de Paris, de Washington ou de qualquer outra capital na autêntica corrida que hoje em dia se está a verificar às novas oportunidades de uma África do Sul renovada.

No entanto, ainda nos últimos dias se verificaram novos actos de violência nas localidades a leste de Joanesburgo e receia-se que a lua-de-mel do Presidente Nelson Mandela não vá durar muito mais tempo, pois se nos dois primeiros meses de exercício do cargo tudo foram quase rosas daqui para a frente poderão começar a surgir muitos espinhos. ■

Guiné-Bissau pronta para a segunda volta das presidenciais

Toda a oposição vai votar Ialá

PÚBLICO, 11.7.94

Do nosso enviado
Eduardo Dâmaso
em Bissau

Conhecidos já os resultados finais das eleições presidenciais e legislativas guineenses do dia 3 de Julho, todo o país se prepara já para a segunda volta das presidenciais, no próximo mês de Agosto. E Nino Vieira terá de suar as estopinhas para conseguir levar a melhor sobre Kumba Ialá, que deverá ter o apoio de toda a oposição.

Quase 24 horas depois de terem sido proclamados os resultados finais provisórios das eleições na Guiné-Bissau, que obrigam a uma segunda volta entre os candidatos Nino Vieira e Kumba Ialá, ainda não era ontem, ao fim da tarde, conhecida qualquer reacção oficial do Presidente da República nem do PAIGC. O silêncio do Palácio Presidencial era total e o PAIGC mantivera-se em reunião plenária permanente durante todo o dia, esperando-se para o princípio da noite uma reacção.

O silêncio do PAIGC, que ganhou as eleições legislativas com maioria absoluta e ficou apenas a dois deputados de ter dois terços da nova Assembleia Nacional de 100 lugares, é entendido como reflexo mais do que provável de uma luta interna entre a ala dura e uma facção mais moderada, que já criticou em privado o comportamento de Nicandro Barreto e de Mário Cabral, os dois dirigentes mandatados para as conferências de imprensa e que fizeram várias afirmações dúbias quanto ao comportamento do partido face aos resultados ditados pelas urnas. Ambiguidade que marcou sobretudo as declarações relacionadas com a influência étnica na votação de Kumba Ialá, líder do Partido da Renovação Social (PRS).

A Comissão Nacional de Eleições (CNE) deverá publicar os resultados oficiais dentro de oito dias e marcar a segunda volta das presidenciais para daí a três semanas. Se for respeitado o prazo previsto na Lei Eleitoral, as eleições serão em 7 ou 8 de Agosto. Uma segunda volta em plena época das chuvas, que deixam vastas regiões do país completamente intransitáveis e que, em princípio, deverá obrigar a recorrer a helicópteros, para colocação e recolha de urnas em muitos pontos do país, designadamente nas ilhas.

Kumba Ialá, que teve 21,89 por cento dos votos expressos no dia 3, já recebeu o apoio explícito de toda a oposição, designadamente do Movimento Bafatá, através de uma conversa que manteve ontem com o candidato presidencial deste partido, Domingos Fernandes Gomes, que lhe reiterou os termos do acordo político celebrado antes das eleições. Nesse acordo, toda a oposição (exceptuando nessa altura o Partido da Convergência Democrática, PCD) se comprometeu a apoiar qualquer candidato que passasse a uma segunda volta contra Nino Vieira. O PCD não tinha assinado o acordo, mas foi o primeiro a disponibilizar-se, depois de conhecidos os resultados, para apoiar agora Kumba Ialá.

Uma oposição unida

A oposição vai, pois, aglutinar-se em torno de Kumba Ialá, cuja candidatura vai passar a ser dirigida por uma comissão nacional alargada em que participarão representantes do Bafatá, da União para a Mudança (UM), que por sua vez é uma aliança de pequenas formações políticas, do PCD e dos restantes partidos da oposição.

Kumba Ialá, que só hoje deverá convocar uma conferência de imprensa para falar ao país sobre os resultados e a segunda volta, disse ontem ao PÚBLICO estar convicto de que "tudo correrá bem no próximo acto eleitoral, pois as regras do jogo democrático estão lançadas". Não se considera um líder dos balantas, a mais numerosa das muitas etnias da Guiné-Bissau, e revelou que, se for eleito, tenciona rever a Constituição, para que o regime possa "evoluir para um verdadeiro semipresidencialismo".

Em sua opinião, a nova Constituição — que vai entrar em vigor assim que o novo poder de Estado tomar posse — "foi manipulada pelo PAIGC e contempla um semipresidencialismo envernizado".

Enquanto, nos meios políticos, uns se remetem ao silêncio e outros preparam já a campanha para a segunda volta, a população de Bissau, aparentemente alheada de uma certa tensão política existente e sem se preocupar com a falta de energia que há dois dias afecta a capital, encheu, neste último fim-de-semana, os três ou quatro bares e discotecas existentes. Tanto no Plaque como no Galeão, a noite do sábado em que foram anunciados os resultados finais das eleições de há oito dias continuava igual a tantas outras. Uns dançavam e outros limitavam-se a olhar com inveja para a pose distinta e elegante dos africanos que evolucionavam ao som dos seus ritmos.

Lá fora, depois de um violento temporal que deixou Bissau submersa em vários pontos, tudo continuava mergulhado na escuridão, pois o problema do fornecimento de energia eléctrica é, desde há largos anos, um dos que mais se faz sentir na cidade. ■

Resultados finais

PRESIDENCIAIS			LEGISLATIVAS		
	Votos	Percentagem		Percentagem	Deputados
Nino Vieira	141.836	46,17	PAIGC	39,31	64
Kumba Ialá	67.257	21,89	Bafatá	16,16	17
Domingos Gomes	53.277	17,34	PRS	8,62	12
Carlos Gomes	15.575	5,07	UM	10,71	6
François Mendy	8.594	2,80	PCD	4,47	—
Bubacar Djaló	8.447	2,75	PUSD	2,41	—
Vitor S. Maria	6.687	2,18	FLING	2,15	1
Antonieta Gomes	5.538	1,80	FCG	0,14	—

Os eleitores inscritos eram 400.417 e a afluência às urnas rondou os 86 por cento, tendo o método de Hondt utilizado nas legislativas permitido que alguns partidos menos votados do que outros tivessem conseguido mais facilmente representação parlamentar.

Nino Vieira é o líder do PAIGC e desde Novembro de 1980 o Presidente da República, depois de haver derrubado o seu antecessor, Luís Cabral. Kumba Ialá dirige o pequeno Partido da Renovação Social (PRS), que ficou em quarto lugar na percentagem de votos nas legislativas e obteve a terceira bancada parlamentar. Domingos Fernandes Gomes é o chefe do Movimento Bafatá, que conseguiu a segunda posição nas eleições legislativas e que chegou a alegar que iria à segunda volta das presidenciais. ■

Presidente Trovoada ao PÚBLICO, no 19º aniversário de São Tomé e Príncipe

Uma coligação seria óptimo

PÚBLICO, 12.7.94

Jorge Heitor

O Presidente Trovoada dissolveu domingo à noite a Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe e marcou legislativas antecipadas para 2 de Outubro. Ontem disse ao PÚBLICO que seria óptimo para o seu país um pacto pré-eleitoral que viesse a permitir uma coligação entre diferentes forças políticas.

Miguel Trovoada, de 57 anos, Presidente da República de São Tomé e Príncipe, apoiou-se ontem nos constitucionalistas portugueses Armando Marques Guedes e Vital Moreira para dizer que tinha todo o direito de exonerar o Governo que não estava a corresponder às expectativas e de convocar para Outubro eleições gerais, alguns meses antes da data prevista.

"Todas as constituições contêm sempre ambiguidades", reconheceu, mas logo disse que em Maio de há dois anos estiveram naquele país os referidos constitucionalistas, que lhe teriam dado razão no diferendo que já então o opunha ao Partido da Convergência Democrática (PCD), maioritário na Assembleia Nacional eleita em 1991.

No seu entender, segundo nos disse em entrevista telefónica, na véspera do dia em que São Tomé e Príncipe completa 19 anos como país independente, a maioria do PCD foi conseguida "de maneira fortuita", nas primeiras eleições multipartidárias que se efectuaram no arquipélago; e neste período decorrido desde então o partido já teria tido "mais do que tempo de cumprir o seu programa".

Segundo ele, o grupo presidido por Leonel Mário d'Alva, e de que é agora secretário-geral João Bonfim, ambicionou desde o início mudar o sistema constitucional que fora definido antes da ida às urnas, razão pela qual se teria verificado um relacionamento difícil do Governo tanto com os tribunais como com o Presidente da República.

"É verdade que o país tem uma situação de miséria; e que num país pequeno como este as pessoas deviam entender-se", reconheceu Miguel Trovoada, quando confrontado com o facto de as diferentes forças políticas são-tomenses andarem permanentemente com quezílias, em vez de retirarem as ilhas do nível de subdesenvolvimento em que se encontram.

"Uma onda de corrupção levou o próprio Parlamento a mandar fazer uma sindicância ao que se estava a passar com os dinheiros do Estado. E veremos em breve quem é que anda a utilizar os bens estatais", disse o Presidente, que em Março de 1991 foi eleito com o apoio do PCD mas que tem tido grandes problemas com esse partido.

"Tentaram lançar suspeitas sobre mim, batendo sempre na mesma tecla. Concordei com a existência de organizações autónomas para a promoção de certos financiamentos. O que vetei foi a criação de fundos dirigidos directamente pelo gabinete do primeiro-ministro e sob sua tutela. Foi a falta de transparência", adiantou, a propósito de um dos pontos de conflito dos últimos meses.

"As taxas de juro devem ser iguais para todos os cidadãos. Não pode ser o primeiro-ministro a fixá-las, com um director executivo que por acaso até era a sua mulher", prosseguiu Trovoada, insistindo: "Quero transparência na gestão da coisa pública".

Ao tentar fazer da entrevista uma defesa da sua actuação, face ao que considera muitas interpretações erradas publicadas na imprensa, designadamente neste jornal, o chefe do Estado sublinhou que até hoje presidiu a menos de uma dúzia de Conselhos de Ministros, quando na verdade poderia ter dirigido os trabalhos de muitos mais. E que de 150 textos que lhe foram enviados para promulgação apenas vetou três.

Aquém das expectativas

Quando convidado a fazer um balanço geral do que tem sido São Tomé e Príncipe nos quase três anos e meio decorridos desde a derrota do MLSTP nas urnas, Miguel dos Anjos Trovoada reconheceu que qualquer Governo teria imensa dificuldade na gestão de "um país com tão poucos recursos" [sobretudo humanos], mas que mesmo assim se "poderia ter avançado mais". Isto é, se não houvesse tantas quezílias pessoais, tanta guerrilha entre os partidos e as instituições.

Sobre as perspectivas para as eleições de Outubro, recusou-se terminantemente a fazer prognósticos sobre as possibilidades das diferentes forças em presença, a começar pelo MLSTP, pelo PCD e pela Acção Democrática Independente (ADI), que não aceita que tenha sido predominantemente constituída por amigos e colaboradores seus: "Cabe ao povo decidir nas urnas".

Apenas concordou que seria óptimo para um país tão pequeno e com tão poucas infraestruturas que se gerasse um "largo consenso" quanto à futura governação, eventualmente com um pacto pré-eleitoral entre diferentes formações partidárias. [Uma espécie de "compromisso histórico"].

Interrogado sobre se ele próprio encara a eventualidade de se candidatar a um segundo mandato, depois de o actual quinquenato expirar em Março de 1996, o Presidente Trovoada respondeu que é ainda "muito prematuro" pensar nisso, pois há entretanto questões mais prementes a resolver. ■

O desfecho que se previa

PÚBLICO, 12.7.94

O DECRETO presidencial que no domingo à noite dissolveu a Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe e antecipou para o dia 2 de Outubro as eleições legislativas não surpreendeu verdadeiramente os observadores. Foi apenas o desfecho anunciado ou previsível da crise que se instalou no país em consequência da deterioração das relações entre Presidente da República, Miguel Trovoada, e o segundo governo do Partido da Convergência Democrática (PCD), vencedor das eleições legislativas de Janeiro de 1991.

A mensagem dirigida pelo chefe de Estado à nação, na qual fundamentou a sua tomada de posição, foi mais um libelo acusatório contra a forma como o PCD conduziu o país e que, segundo Trovoada, se opôs sistematicamente à natureza semipresidencial do regime, subvertendo as regras do jogo democrático.

"Numa situação de grande crise política, cabe ao Presidente da República e não à Assembleia Nacional a última palavra", disse Trovoada, numa alusão indirecta ao projecto de resolução submetido pela bancada parlamentar do PCD. Caso não tivesse sido decretada a dissolução, a Assembleia Nacional teria provavelmente declarado inconstitucionais quer o decreto que exonerou o governo de Norberto Costa Alegre quer o que nomeou em sua substituição um gabinete de iniciativa presidencial chefiado por Evaristo de Carvalho, que era o ministro da Defesa.

Para Miguel Trovoada, reduzir os actos políticos do Presidente da República à dimensão de actos meramente normativos — única forma de se entender a pretensão de votar em plenário a inconstitucionalidade dos decretos — traduz a intenção do PCD de submeter ao seu controlo todos os actos do chefe de Estado, transformando em parlamentar um regime cuja natureza semi-presidencial é consagrada na Constituição.

MLSTP estava impaciente

A dissolução do parlamento não provocou reacções espectaculares. O secretário-geral do MLSTP-Partido Social Democrata, Carlos Graça, disse ao PÚBLICO que "esta medida deveria ter sido tomada há muito, de forma a por cobro à desgovernação do país".

Continua na pág. 5

Nino Vieira vai à segunda volta das presidenciais com postura antitribalista

"Ka na tem Ruanda"

PÚBLICO, 14.7.94

Do nosso enviado
Eduardo Dâmaso
em Bissau

O silêncio inquietante de Nino Vieira e do PAIGC sobre os resultados eleitorais na Guiné-Bissau foi finalmente quebrado. O Presidente vai mesmo a uma segunda volta, para enfrentar Kumba Ialá, que tem a sua principal base de apoio entre os balantas. Nino já deu o mote da sua campanha: contra a divisão étnica. "Ka na tem Ruanda".

Ao terceiro dia o silêncio acabou. O ponteiro apontava as 19 horas quando centenas de pessoas começaram a juntar-se defronte do palácio presidencial, na praça dos Heróis Nacionais, no centro de Bissau. Ouviram do candidato às eleições presidenciais guineenses que "a lei vai ser cumprida" e que, portanto, apresentar-se-á na segunda volta contra Kumba Ialá.

Nesse momento, nas chancelarias houve seguramente quem tivesse respirado de alívio. As embaixadas de Portugal e de França, com especiais responsabilidades no apoio ao processo de abertura democrática em curso na Guiné-Bissau, acompanhavam o silêncio de Nino Vieira e do PAIGC com alguma preocupação.

O embaixador francês em Bissau chegou mesmo a encontrar-se com Nino Vieira já esta semana e comunicou-lhe o total apoio do seu país para a realização do acto eleitoral da segunda volta.

Nino Vieira só falou depois de os seus apoiantes pedirem insistentemente ao "comandante Kabi", o velho nome de guerra do Presidente, que dissesse umas palavras. É que, segundo um elemento da sua candidatura, aquela concentração de pessoas tratava-se de "uma manifestação espontânea de apoio popular".

Cinco vivas à unidade nacional

Isto apesar das câmaras de televisão e os microfones da rádio já se encontrarem no local à hora em que começou a dita "manifestação espontânea". Momentos antes, o presidente da Câmara de Bissau, Paulo Medina, lançou a palavra de ordem: "Ka na tem Ruanda". Nino viria a repetir esta frase agitando o fantasma da guerra étnica na Guiné-Bissau.

Com o seu Rolex de ouro a reluzir no pulso, enquanto algumas das suas jovens apoiantes pediam (inexplicavelmente) "cinco conto" aos estrangeiros ali presentes, Nino deu sete vivas à unidade nacional e por duas vezes gritou abaixo o racismo e o tribalismo.

O mote da campanha da segunda volta parece estar lançado — o fantasma da divisão étni-

Continua na pág. 6

Baring investe em África

PÚBLICO, 13.7.94

A BARING International Investment Management vai lançar, até ao final deste ano, um fundo de investimento no valor de 120 milhões de dólares que se destina a fazer aplicações em 14 mercados emergentes do continente africano. O grupo Baring gere uma carteira de investimentos de nível mundial, que está avaliada actualmente em 55 mil milhões de dólares, com 20 por cento desta quantia aplicada em mercado emergentes de países do Terceiro Mundo. As estatísticas referem que 90 por cento do investimento que tem sido dirigido para o continente africano foi aplicado na África do Sul, ficando os restantes países com apenas dez por cento do total. ■

Continuação da pág. 4

O desfecho que se previa

Segundo Carlos Graça, "não há razões que façam prever um eventual adiamento da ida às urnas, a menos que se registem imprevistos".

O PCD, por sua vez, considera que a dissolução "foi uma derrota para o Presidente, que pretendia prolongar indefinidamente a gestão do governo da sua iniciativa para manobrar depois os resultados eleitorais".

Tal como Graça, João Bonfim, secretário-geral interino do PCD, não antevê motivos que possam conduzir ao adiamento das eleições. O país está calmo, preparando-se para comemorar, hoje, sem pompa nem apoteose, o décimo nono aniversário da proclamação da independência.

O programa dos festejos, prejudicados pela eclosão da crise, é pobre, mas ainda assim inclui os infalíveis bailes e farras populares. As populações parecem estar a leste da crise, o que à partida pode prefigurar um elevado índice de abstenção nas próximas eleições. Na prática, a pré-campanha já começou, com as forças políticas concorrentes a fazerem recurso no terreno a todas as armas. ■

Conceição Lima, em São Tomé

Nino Vieira aceita resultados das presidenciais

PÚBLICO, 13.7.94

AO FIM de três dias de silêncio, que começava a provocar grande tensão em Bissau, Nino Vieira anunciou, ontem à tarde, que aceita os resultados das eleições presidenciais e que vai disputar a segunda volta com o candidato Kumba Ialá.

Eram quase 19 horas em Bissau quando centenas de pessoas começaram a concentrar-se junto ao palácio presidencial, na Praça Heróis Nacionais, onde Nino Vieira discursou. "Vamos respeitar a lei e só precisamos de 51 por cento para ganhar a batalha da democracia. Venceremos como vencemos o colonialismo português", disse o comandante Kabi, nome que o locutor de serviço utilizou sistematicamente para o anunciar aos militantes.

Para além do anúncio de tencionar ir à segunda volta, Nino Vieira agitou o fantasma do tribalismo, fazendo fortes apelos à unidade nacional. "A ambição de alguns pode desviar o país da via da unidade nacional; nós não queremos o Ruanda na nossa terra."

Nino estava sentado no átrio da entrada principal do palácio, numa fila de cadeiras colocada a escassos metros da porta da sua residência oficial. Rodeado por um enorme aparato de seguranças, o presidente candidato entrou imediatamente em casa assim que acabou de falar.

A mesma hora do comício de Nino Vieira, todos os partidos da oposição estavam reunidos na sede do movimento Bafatá para discutir a estratégia da campanha de Kumba Ialá. Numa reunião anterior, já tinham decidido criar uma comissão nacional, com a participação de todos os partidos, e para a reunião de ontem convidaram o candidato independente, Carlos Domingos Gomes, que também deverá apoiar Kumba Ialá. ■

Do nosso enviado, Eduardo Dâmaso, na Guiné-Bissau

DIÁLOGO REGRESSA A LUSACA — As delegações do Governo angolano e da UNITA retomam amanhã, quinta-feira, em Lusaca, as negociações de paz em curso na capital da Zâmbia desde Novembro do ano passado, com a discussão das propostas apresentadas pelas duas partes, num total de 27 pontos, sobre as "modalidades" da reconciliação. Do debate de todos os ítens — 11 apresentados pelo Governo e 17 pela oposição armada — deverá sair depois uma proposta conciliadora da mediação. Contactado telefonicamente pela agência Lusa, o porta-voz da UNITA, Jorge Valentim, disse que as duas delegações tiveram na segunda-feira um debate "muito frutuoso" e de explicações mútuas sobre todos os pontos agendados. Menos optimista está o ministro da Saúde da UNITA. As conversações "estão actualmente bloqueadas", disse, em Bruxelas, Carlos Morgado. "O maior conflito incide sobre o futuro da província do Huambo", acrescentou. PÚBLICO, 13.7.94

Como lidar com Israel

PÚBLICO, 15.7.94

A ÁFRICA do Sul estava ontem a tentar atenuar os estragos causados nas suas relações com Israel pelas declarações pouco diplomáticas do ministro da Defesa, Joe Modise, que comparou as práticas israelitas às do "apartheid".

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Alfred Nzo, explicou que os comentários do seu colega se referiam apenas a assuntos relacionados com negócios de armamento, não devendo pois ser entendidos num âmbito mais geral.

Nzo recordou que o Presidente de Israel, Ezer Weizman, esteve dia 10 de Maio na tomada de posse de Nelson Mandela como chefe de Estado da África do Sul e que se reuniu em Pretória com o líder da OLP, Yasser Arafat.

A África do Sul espera ter um papel positivo no processo de paz no Médio Oriente, notou ainda o chefe da diplomacia, enquanto o embaixador israelita, Alon Liel, disse que teria ainda de estudar em pormenor as observações de Joe Modise.

Foi quarta-feira, numa entrevista à agência Reuter, que o ministro da Defesa, antigo comandante da guerrilha do ANC, sublinhou que Israel continuara a fornecer armas ao regime do apartheid mesmo depois de países como a França e a Itália haverem cessado essa prática, na sequência do embargo decretado pela ONU em 1987.

Na mesma trincheira

"Politicamente, estavam mais ou menos na mesma trincheira... As coisas que os israelitas fizeram aos palestinianos não eram muito diferentes das que a África do Sul fazia aos seus próprios habitantes", disse Modise, irritando assim o forte "lobby" judaico sul-africano.

O comércio não-militar entre os dois países totalizou o ano passado mais de 370 milhões de dólares, mas analistas ocidentais calculam que o valor do comércio de armamento também foi de centenas de milhões de dólares.

Por outro lado, o ministro da Defesa prometeu actuar contra Israel se se provar que os serviços secretos Mossad assassinaram duas pessoas na África do Sul, para deter o envio de produtos químicos estratégicos para outros países do Médio Oriente.

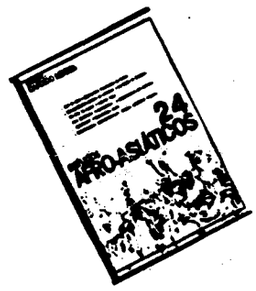
A grande indústria sul-africano de armamento encontra-se hoje em dia numa fase de transição, depois de a imposição de sanções ter dado origem a que o regime do apartheid investisse milhares de milhões de randes em projectos destinados a garantir a segurança do país.

Alguns desses projectos, como o nuclear e o de cooperação com Israel, chamaram a atenção tanto da CIA quanto do KGB, numa altura em que ainda se vivia a guerra fria. Mas para além deles foram produzidos tanques, veículos blindados para transporte de tropas, carros anti-mina, canhões e espingardas.

A Força Aérea Sul-Africana ainda hoje utiliza caças "Mirage" modernizados com o apoio de Israel, tal como aviões de transporte de há quase meio século continuam em serviço na África do Sul, depois de se terem feito milagres no prolongamento da sua vida útil.

Até há alguns anos a indústria sul-africana de armamentos era um grande segredo, mas quando começou a guerra do Golfo soube-se que o Iraque tinha dezenas de canhões G5 e G6 "made in South Africa", com um alcance de 40 quilómetros. ■

Steven Lang, em Joanesburgo, com Reuter



ASSINE ASSINE ASSINE ASSIN
ASSINE ASSINE ASSINE ASSIN
ASSINE ASSINE ASSINE ASSIN
ASSINE ASSINE ASSINE ASSIN

Continuação da pág. 5

"Ka na tem Ruanda"

ca. Para observadores locais, esta discussão em torno da influência étnica nas votações ameaça transforma-se num jogo cada vez mais perigoso, pois esta questão representa uma verdadeira caixa de Pandora. Uma vez aberta, ninguém sabe o que vai de lá sair.

As mulheres, predominantes na assistência, faziam grande alarido ao som dos tambores e de apitos estridentes que marcavam os compassos dos ritmos. Celebravam a primeira aparição pública de Kabi depois das eleições de 3 de Julho. Ele estava ali para lhes dizer que "a batalha da democracia será vencida pelo PAIGC assim como foi vencido o colonialista português".

O silêncio do PAIGC e de Nino Vieira em relação aos resultados das eleições presidenciais, começava a inquietar os meios políticos guineenses e a população de Bissau. Três dias depois de a Comissão Nacional de Eleições (CNE) ter proclamado oficialmente os resultados provisórios, da Casa Branca não tinha ainda saído qualquer sinal de aceitação do veredicto das urnas.

O clima que se viveu em Bissau até à tarde de terça-feira era de uma aparente tranquilidade que apodrecia à medida que o silêncio se ia adensando. As iniciativas da oposição foram (e continuam a ser) completamente silenciadas pela televisão e pela rádio estatais. Aqui e ali surgiam rumores de movimentações de tropas.

Por outro lado, fontes da direcção de campanha de Nino Vieira mostraram ao PÚBLICO, na segunda-feira, a sua insatisfação quanto aos resultados divulgados pela CNE e diziam que só se pronunciariam sobre o desfecho das eleições quando conhecessem os números definitivos e oficiais.

O silêncio que se seguiu à divulgação dos resultados provisórios, no entanto, está sobretudo relacionado com uma forte luta interna entre a ala dura e os moderados do PAIGC quanto à atitude a tomar.

Ainda antes de conhecidos os resultados, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Bernardino Cardoso, declarou à Rádio France Internacional (RFI) que o candidato Nino Vieira "é um democrata e irá à segunda volta se as urnas assim o ditarem". Tido como um moderado, Bernardino Cardoso arriscou uma antecipação da atitude de Nino Vieira em face dos resultados que, no entanto, tardou em concretizar-se. Pessoas muito próximas de Nino Vieira entendiam que este não deveria submeter-se à "humilhação" de ir a uma segunda volta com Kumba Ialá.

A oposição, pelo seu lado, não tem estado parada. Nos últimos dois dias, Bafatá, PRS, União para a Mudança, FLING e POUSD encontraram-se várias vezes para acertar os traços gerais da sua participação na campanha do candidato Kumba Ialá, a quem vão dar apoio logístico e político.

Domingos Fernandes, líder do Bafatá e posicionado em terceiro lugar nas presidenciais com uns 17,34 por cento que valem mais de 53 mil votos, declarou ontem ao PÚBLICO que o apoio à candidatura de Kumba Ialá "é firme e incondicional".

O Movimento Bafatá, que fala em "fraude" e em "golpe" para definir os resultados das legislativas mas não vai pedir a sua anulação global, defende a realização da segunda volta das presidenciais "rigorosamente dentro do prazo previsto pela lei" — vinte dias depois da publicação dos resultados oficiais.

Todavia, neste dias de incerteza que decorrem em Bissau, muitos guineenses, mesmo de famílias bem colocadas no regime, não querem saber da segunda volta. Preferem ir de férias para Portugal ou para o Senegal, para assistirem de bem longe ao que vier a acontecer no próximo mês de Agosto. ■

Recenseamento até 20 de Agosto

PÚBLICO, 15.7.94

O RECENSEAMENTO eleitoral em Moçambique, iniciado em 1 de Junho, foi esta semana prorrogado até 20 de Agosto, de modo a abranger os cidadãos que entretanto estão a regressar ao país e os soldados que até lá vão ser desmobilizados, anunciou o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE).

Prevê-se que se registem cerca de oito milhões e meio de moçambicanos, que nos dias 27 e 28 de Outubro serão chamados às urnas para escolher o Presidente da República e 250 deputados.

Sendo Moçambique o mais populoso dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), com perto de 17 milhões de habitantes, estas vão ser — em princípio — as mais concorridas eleições das que até hoje já se efectuaram em qualquer uma das antigas colónias lusitanas na África.

Consultores de uma empresa portuguesa, a Intersismet, que já em 1992 colaborou no processo eleitoral angolano, vão participar na assistência técnica que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) está a dar a esta caminhada de Moçambique para uma prática multipartidária.

A ONU e a União Europeia dão grande parte dos 60 milhões de dólares (quase 9,6 milhões de contos) que vão ser gastos para a concretização das eleições moçambicanas, nas quais as grandes forças em disputa são a Frelimo e a Renamo, que de 1977 a 1992 andaram em guerra.

Entre os eleitores previsíveis contam-se alguns 800 mil que estavam a viver no estrangeiro ou que, pelo menos, se encontravam a viver desde há muito em distritos diferentes daqueles em que habitualmente residiam. Isto devido ao conflito armado e a algumas catástrofes naturais, como a seca, que ao longo dos anos 80 se conjugaram para tornar um inferno a vida de muitos moçambicanos.

Desorganização

Entretanto, o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, disse quarta-feira em Maputo que a recente revolta dos seus homens que se encontravam em Dombe, na província de Sofala, foi motivada pela "desorganização total" que no seu entender existe na Operação das Nações Unidas em Moçambique (Onumoz).

Segundo ele, há cinco meses que a Onumoz não abastece os antigos guerrilheiros e as suas famílias agrupados em Dombe e em outros dois locais, à espera de que sejam pagos os subsídios de desmobilização e de que toda a gente possa ir para casa.

No domingo, em Tete, no Noroeste do país, Dhlakama garantira num comício que a guerra acabara mesmo no fim de 1992 e que a Renamo jamais voltará a pegar em armas, seja qual for o resultado das eleições previstas para Outubro.

O homem que vai tentar arrebatar a Joaquim Chissano a Presidência de Moçambique esteve durante as últimas semanas nas províncias de Sofala, Manica e Tete, zonas onde a Renamo se encontra bem implantada e poderá eventualmente colocar em xeque a Frelimo.

A forma como Dhlakama está a falar nos comícios faz lembrar a alguns moçambicanos o seu primeiro Presidente, Samora Machel, na década de 70, com uma mensagem de "braços abertos" aos quadros governamentais, "incluindo alguns ministros" e até mesmo os agentes do Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE). ■

José Pinto de Sá, em Maputo, com Lusa

Angola 'namora' investimento

EXPRESSO, 16.7.94

UMA nova delimitação dos sectores público e privado, a flexibilização dos controlos sobre os investimentos estrangeiros e a dinamização das privatizações são as principais reformas introduzidas pelo «pacote» legislativo aprovado pelo Parlamento angolano após duas semanas de discussões.

A nova legislação sobre o investimento estrangeiro, considerada vital para a reconstrução do país, consagra o fim do monopólio estatal sobre áreas anteriormente qualificadas como «reserva relativa» e «reserva de controlo», conferindo ao primeiro-ministro competência para autorizar investimentos entre os 5 e os 15 milhões de dólares.

Elaborado com a assessoria de organismos oficiais portugueses – e largamente inspirado no modelo português –, o diploma reduz de 500 para 250 mil dólares o montante mínimo exigido aos operadores estrangeiros para investir em Angola e reduz significativamente os trâmites burocráticos.

Fica excluída a chamada «reserva absoluta» que confere ao Estado o monopólio sobre o banco central e a administração dos portos, aeroportos e telecomunicações. A partir de agora os investidores privados, nacionais ou estrangeiros, poderão celebrar contratos de concessão temporária nos sectores da distribuição e comercialização da água, energia, saneamento básico, transportes ferroviários, transportes marítimos de cabotagem e ligações aéreas não regulares de carga e passageiros.

«Na prática, o Governo legalizou a existência de uma série de empresas de transporte aéreo e marítimo, angolanas, mistas e estrangeiras, que operavam no país à margem da legalidade», disse ao EXPRESSO um jurista.

Alguns empresários lamentam a insistência do Governo em exigir uma «participação estatal maioritária» na gestão do transporte marítimo de longo curso e do transporte aéreo regular de passageiros e carga, observando que **«não se compreende por que razão o Estado quer continuar a controlar empresas que durante mais de 16 anos só deram prejuízos».**

Apesar dos progressos registados, a generalidade dos empresários estrangeiros que operam em Angola esperava uma **«maior flexibilização e garantias efectivas de repatriamento dos capitais, a eliminação da dupla tributação e a abertura da banca privada».**

A inexistência de uma lei de imigração é também criticada, depois do interesse manifestado por egípcios, sul-africanos e chineses em importar mão-de-obra susceptível de repovoar as zonas rurais, segundo o ministro da Agricultura, Issac dos Anjos.

Lei das privatizações gera controvérsia

Mais do agrado dos antigos proprietários estrangeiros mas fortemente controversa a nível interno é a nova legislação sobre as privatizações. Durante o debate parlamentar, a oposição acusou o Governo de dar cobertura a uma série de privatizações «inconstitucionais», que beneficiaram directa ou indirectamente personalidades ligadas ao regime, e exigiu um inventário completo **das fazendas e imóveis vendidos a particulares depois das eleições e antes de ter sido aprovada a legislação competente.**

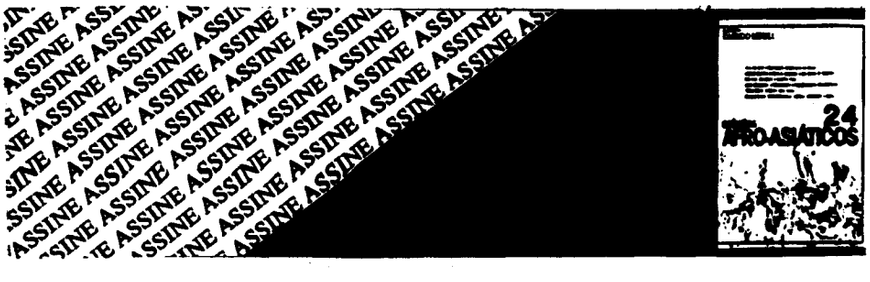
O Estado reconheceu a existência de «ilegalidades», por terem sido devolvidas empresas e habitações cujos proprietários tinham abandonado o país e, pelo contrário, terem sido confiscados bens de estrangeiros que nunca deixaram Angola. Alguns portugueses que se encontravam nesta situação estão a reaver os seus apartamentos e outros bens, afirmou ao EXPRESSO um funcionário do Ministério da Habitação.

Em relação à alegada falta de transparência no processo de redimensionamento empresarial e no das privatizações efectuadas antes da aprovação da nova legislação, o Governo comprometeu-se a apresentar em breve informação completa e pormenorizada.

A legislação agora aprovada consagra o direito de propriedade privada para todas as empresas, participações sociais e outros bens patrimoniais do Estado não abrangidos pela chamada «reserva absoluta» do sector público, definida na lei de delimitação dos sectores.

A aprovação deste pacote legislativo está a provocar já uma forte «corrida às privatizações» entre angolanos e estrangeiros residentes em diversas zonas do país, dispostos a não esperar pelo fim da guerra para investir.

NICOLE GUARDIOLA
com GUSTAVO COSTA,
em Luanda



Quando a Guiné acordar

Como se o destino do seu país não lhes pertencesse, os guineenses esperam que a segunda volta das presidenciais traga algum tipo de esperança

EXPRESSO, 16.7.94

DANIEL RIBEIRO
em Bissau

NESTE país, até a prostituição é diferente do resto de África e do mundo. As raparigas, em geral muito jovens, nem sequer devem ser consideradas «verdadeiras» prostitutas. Encontram-se nas três discotecas de Bissau, oferecem-se dançando e não discutem antecipadamente o preço — que, muitas vezes, equivale ao de uma sandes num dos dois principais hotéis da capital. As mais novas (algumas têm 16/17 anos) não vão aliás com o primeiro que lhes aparece à frente — simples e muito naturais, gostam sobretudo de rir e fazer amor, e só aceitam os mais simpáticos e atraentes.

Mas nas ruas não se vê prostituição. De dia e na escuridão das noites sem iluminação pública, Bissau parece uma grande aldeia africana que desconhece o seu estatuto de capital. A população passeia-se com gentil indolência no movimentado mercado de Bandim, senta-se meio adormecida à porta do casario cujo interior se adivinha de uma pobreza extrema, os miúdos brincam no meio do lixo, de porcos, galinhas ou cabras, enchendo de vida os pátios e as ruas esburacadas, transformadas num imenso lamaçal quando chove, como acontece frequentemente nesta época do ano.

No centro ainda se respira o esplendor do passado colonial através das largas avenidas, da arquitectura das casas carcomidas onde se vislumbram os ocres, os amarelos e os azuis de outrora.

Bissau não é uma cidade vistosa e, como no interior do país, o que mais choca é a miséria, a quase total ausência de investimento público, a juventude forçada ao ócio do desemprego crónico, os hospitais sem higiene nem meios, as escolas degradadas, a insalubridade, as crianças com aspecto doentio, as poucas fábricas quase todas fechadas.

Mas os guineenses não protestam. Comportam-se como se estivessem dominados pela apatia e indiferença. Como parecem longe os tempos da heróica «luta de libertação», iniciada a 3 de Agosto de 1959 com a repressão da tropa do ocupante português contra os estivadores do porto da capital, que reivindicavam aumentos salariais! Bissau, agitada nos últimos dias por uma campanha eleitoral e umas eleições que estiveram longe de decorrer de forma transparente, vive uma estranha quietude.

Entre o ocidente e a tradição

Habituados pelo seu Governo a comerem as esmolas do mundo ocidental, os guineenses parecem absortos e à espera de novos pioneiros, de alguém que lhes indique de novo qual é a linha do seu horizonte. Estarão à mercê dos interesses estratégicos dos franceses na região? Deixar-se-ão subjugar para sempre pelos obscuros homens de negócios portugueses, guineenses, indianos, ou de outras nacionalidades que, à custa da corrupção instalada ao mais alto nível de um Estado incipiente, fazem fortunas colossais nas suas costas?

No entanto, as pessoas conhecem a sua história. Na penumbra da noite, os mais velhos perpetuam a tradição oral porque apenas cerca de 20% da população está alfabetizada e não existem livros nem jornais. São eles que, num ambiente fúnebre realçado pelas velas que se acendem à noitinha, transmitem o passado aos mais novos: a invasão dos fulas, a chegada dos portugueses há 500 anos, a gloriosa guerra da independência.

Que vai acontecer à adormecida e pobre Guiné, cujo quase único recurso económico é o caju, explorado essencialmente pelos estrangeiros? Com a sua identidade ameaçada, e sobretudo muito pouco reconhecida pelos vizinhos francófonos, alguns refugiam-se no reforço das solidariedades étnicas, evidenciadas nestas eleições — e o poder do PAIGC que, no passado, deu tantos exemplos de prepotência e de desinteresse pelo bem-estar do seu povo, inquieta-se. Ameaçando de modo velado os que, como Kumba Ialá, candidato à segunda volta das presidenciais, emergiram na cena política baseando-se na etnia de origem (no caso, a balanta, a maioritária no país), o poder lançou o alarme para o futuro e não se cansa de evocar o exemplo do longínquo Ruanda.

«Fraude!»

A população, que assiste a todos os debates, espera com rara paciência pelos resultados da segunda volta, que se realizará, em princípio, a 7 de Agosto. Depois de terem votado, de forma espantosamente ordeira no ambiente de caos que caracterizou o primeiro escrutínio pluripartidário, a 3 de Julho, algumas línguas perderam o medo, e falam.

«Houve fraude na primeira votação!», diz, convicto, o condutor do decrépito táxi, antes de me exigir uma exorbitância (70 mil pesos, perto de mil escudos) pela curta corrida nocturna da capital para o pequeno aeroporto local onde o avião da Air Afrique apenas chegará na manhã seguinte, com doze horas de atraso...

Se o calendário eleitoral for respeitado, como vai acordar a Guiné-Bissau no dia 8 de Agosto?

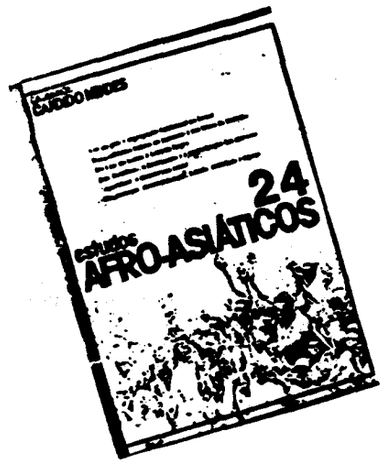
Os amigos de Nino...

O AINDA Presidente da Guiné-Bissau, Nino Vieira, fica a dever a sua (pelo menos) esperada reeleição para a segunda volta de Agosto aos (novos) amigos portugueses do PSD. Foi a campanha mais espampanantemente vistosa. Três milhões de dólares (qualquer coisa como meio milhão de contos) provenientes das generosas doações de empresas e gestores, como a Soares da Costa, Salvador Caetano, Sequeira Braga (e Marconi) e, claro, Valentim Loureiro até permitiram verdadeiros luxos num país tão carenciado do mínimo de tudo. Por exemplo: brindes de relógios com a foto do candidato do poder e de "T-shirts" tão vistosas como a miséria franciscana do seu principal concorrente do partido Bafatá, o surpreendente Kumba Ialá. ■

... e os amigos de Kumba

EM BISSAU, diz-se que Kumba Ialá pouco mais contou do que as vagas promessas do PS e de José Lamego, vistos como uma espécie de amigos pobres de Portugal. De tal ordem que a sede da candidatura de Kumba, a sua própria residência particular, só tinha umas poucas cadeiras e uma semivazia estante de livros. Foi preciso esperar pelo subsídio previsto na lei eleitoral para se arranjar um televisor em segunda mão... Mesmo assim, Kumba Ialá arrecadou 60 mil votos. E, mais do que forçar Nino a um susto que ele nunca imaginou passar, este recordista de cursos tirados em países como a ex-RDA, Portugal e os EUA transformou-se num verdadeiro fenómeno de massas. ■

EXPRESSO, 16.7.94



LIGUE (021)531-2000
RAMAL 259

EXPRESSO, 16.7.94

NINO VIEIRA OPTIMISTA

'Segunda volta é fácil'

O PRESIDENTE João Bernardo Vieira recebeu o EXPRESSO no palácio da Presidência do Conselho. Foi a primeira entrevista que concedeu desde que foram conhecidos os resultados da primeira volta das presidenciais. «A segunda volta vai ser mais fácil para mim porque quase metade do eleitorado me apoiou logo na primeira volta», diz-nos com a sua timidez — habitual quando não fala em crioulo — que lhe dá, por vezes, um ar inseguro. Com um discurso muito moderado, aceita a ideia de que as numerosas irregularidades da primeira volta ensombraram a votação do passado dia 3. «Foram coisas gravíssimas, mas devemos ser tolerantes porque é a primeira vez que se realizam eleições democráticas na Guiné-Bissau — peço agora à Comissão Nacional de Eleições, cujo trabalho felicito, que tente evitar na segunda volta esses erros, e peço igualmente aos nossos irmãos da oposição que tenham mais calma, para que nos unamos de modo a pensarmos em conjunto no futuro do nosso país».

Na sua campanha para a segunda volta, Nino Vieira vai tentar afirmar-se como o único capaz de garantir «a estabilidade, a paz social e a unidade do país», face nomeadamente ao ressurgimento de alguma tensão étnica, cuja responsabilidade atribui essencialmente a Kumba Ialá. «Infelizmente, alguns líderes políticos tentaram influenciar o seu eleitorado com uma base étnica, e isso pode prejudicar o futuro deste país; penso no entanto que todos os partidos políticos devem trabalhar para evitar esse fenómeno, e acho que o partido da oposição [PRS, de Kumba Ialá] que mais tem baseado a sua campanha nesse ponto já tem consciência disso.»

Futuro pertence a tecnocratas

Sobre o seu adversário na segunda volta, diz: «Conheço-o mal, tem formação política, mas infelizmente nunca tive relações pessoais e íntimas com ele; gostaria de o conhecer melhor, mas penso que se revelou um político que ainda precisa de amadurecer um pouco para pensar seriamente no futuro do país.»

A propósito das diversas acusações — «corrupção», «terrorismo» «desrespeito pelos direitos do homem» — que lhe faz Ialá, Nino encolhe os ombros: «Não vale a pena responder-lhe porque me parece absurdo — só falta dizer que não sou do PAIGC e que também não fui guerrilheiro — é uma política infantil da parte de Kumba Ialá.»

Nino reconhece que o PAIGC não resolveu alguns dos problemas fundamentais da Guiné. «O nosso esforço teve custos sociais elevados, e uma das grandes prioridades para os próximos anos será a saúde, a educação e o bem-estar das populações.»

Sobre o futuro do PAIGC, defende «a continuação da renovação». Para a constituição do próximo governo, desafia a oposição: «Daremos primazia à competência e não aos partidos, escolheremos sobretudo tecnocratas; até agora, talvez devido à campanha eleitoral, ainda nenhum partido da oposição manifestou o desejo de se aproximar de nós, mas nós estamos abertos a isso.»

D.R.

EXPRESSO, 16.7.94

KUMBA IALÁ CAUTELOSO

'Ganho sem fraude'

LOGO que soube que ia à segunda volta das presidenciais, Kumba Ialá desdobrou-se em contactos com os diferentes partidos da oposição. Quando recebeu o EXPRESSO, no domingo passado, na sua degradada casa, sem ar condicionado e quase sem móveis, Kumba disse ter já recebido a garantia de que todos os que se opõem a Nino estarão com ele na campanha eleitoral.

Manifesta-se extremamente confiante: «O conjunto da oposição teve mais votos do que o PAIGC — que só venceu as legislativas devido ao sistema eleitoral e à fraude — e do que Nino Vieira; por isso, se não voltar a haver fraude e irregularidades na segunda volta, venceremos».

Tem o aspecto de homem das bases, habituado à vida difícil, apesar do seu curso de Filosofia (pela Universidade de Lisboa). Os dentes estão cariados pelo tabaco e pelo vinho de caju, o mais barato da Guiné. «Eu vivo com o povo, e sei bem que ninguém quer mais um militar na presidência, as pessoas querem a mudança, querem a democracia, não querem a corrupção e o terrorismo, a política de encher os bolsos dos amigos que o PAIGC e o Nino praticam».

Sobre as tensões étnicas, não aceita a ideia de que foram essencialmente os balantas que votaram nele. «O Nino é que apelou ao voto étnico e é ele que quer agudizar esse problema; eu tive votos de todas as etnias e em todas as regiões — quem votou em mim foram os pobres da Guiné».

Dizendo que vai levar a cabo uma campanha para a segunda volta virada para a moderação, Kumba ainda não tem ideias claras sobre o futuro, se ganhar as presidenciais. Umas vezes diz que poderá coabitar com um governo dirigido pelo PAIGC — «onde reconheço a existência de alguma gente competente» — outras dá a entender que poderá dissolver a assembleia na primeira oportunidade.

EXPRESSO, 18.7.94

Avisa o poder que responderá a todas as provocações. «Se me atacarem na segunda volta como o fizeram na primeira vou responder, e se querem a guerra terão a guerra, porque a paciência tem limites apesar de eu ser contra a violência». Dizendo-se de «centro-esquerda» — «à direita dos comunistas e à esquerda dos sociais-democratas» — defende uma reaproximação da Guiné aos «nossos irmãos portugueses». Considera que tem sido negativa para o país a recente aproximação à França.

Levou a cabo uma campanha eleitoral na primeira volta com alguns aspectos folclóricos, designadamente pela falta de meios financeiros. Viajou nos taxis colectivos, nos degradados autocarros e atravessou rios sob o olhar dos crocodilos em frágeis canoas. Grande comunicador, reconhece que o seu sucesso se deve «à miséria em que este governo deixou a Guiné. Agora, com os meios que vamos ter devido ao apoio dos outros partidos, vamos vencer e controlar melhor a votação».

«Será mais difícil fazer fraudes e o Nino que se acautele, porque anda a gastar o dinheiro do Estado e a receber apoios do estrangeiro para tentar comprar as pessoas com camisolas, relógios e arroz». Se ganhar, promete uma autêntica revolução — anuncia que vai tirar os bens às pessoas que os adquiriram «prejudicando o país».

D.R.

Os meninos operários da Guiné

PÚBLICO, 18.7.94

Do nosso enviado
Eduardo Dâmaso, em Bissau

Dois anos depois de ter chegado a Bissau, Mutaro engrossa a enorme fileira de "crianças trabalhadoras" que percorrem a cidade de manhã à noite a ganhar a vida com uma caixa de engraxador às costas, a lavar carros, a fazer recados, a vender fruta de bandeja à cabeça, como carregadores ou tão-só como empregados domésticos. As idades variam entre os seis e os 12 ou 13 anos e são aos bandos. Abandonaram a escola por pressão da família, porque não há realidade mais incontornável na Guiné-Bissau dos últimos anos do que o crescimento das famílias e o emagrecimento das bolsas.

Os olhos são tristes e a expressão da cara muito tímida. Mutaro deixou a terra onde nasceu, Paunca, uma tabanca no Leste, na zona fronteiriça com o Senegal, ainda não tinha oito anos. Abandonou a escola e subiu os degraus de uma candonga de motor ronceiro, que o levou até Bissau. Hoje confessa que teve pena de deixar a escola, mas percebe-se que trazia a alma aberta ao futuro, porque também fugia da miséria mais extrema.

Viajou com um amigo da mesma idade e trazia ao ombro uma pequena trouxa com uma banana e um mango, para enganar o estômago na viagem. Roupa, só a que trazia no corpo. Para trás, ficava uma família de cinco irmãos mais novos, um pai velho e mirrado pelos anos de trabalho na terra e pelo álcool. A mãe debatia-se com grandes dificuldades para manter a família, sustentada e unida no pequeno universo da palhota em que viviam.

O engraxador emigrante

Aos 11 anos, Mutaro vive com todas as dificuldades de um homem em princípio de vida e com família para sustentar. Em Bissau, mora com uns parentes, que lhe cobram uma renda semanal de 40 mil pesos e, sempre que pode, nunca com um intervalo de mais de três semanas, manda uns 100 ou 150 mil pesos para Paunca. Apurado o dinheiro, vai até à paragem das candongas que viajam para o Leste e pede a alguém conhecido da família, que sabe ser de confiança, para lho levar até aos parentes. É um ritual que cumpre de cabeça erguida, com um grande alívio na consciência.

O dinheiro que envia para os pais equivale a uns mil escudos portugueses, uma soma preciosa para a sobrevivência dos irmãos e dos pais, que podem, assim, reforçar a compra do arroz. Mutaro é um pequeno emigrante que, quando não tem dinheiro para si, dorme na rua, debaixo das bancas do mercado do Bandim ou nalgum alpendre protegido da força das chuvas desta época.

Quando tem fome compra comida feita no Bandim ou nas feiras que enxameiam os cantos mais sórdidos da capital guineense. É rara a vez que come mais de uma refeição por dia. Esporadicamente, lá consegue comprar uma peça de roupa mas, nos últimos tempos, optou por passar de vez em quando pelo casarão que, em pleno centro da cidade, alberga a Associação dos Amigos das Crianças (Amic). Aí, já tem amigos, que lhe dão roupas e atenção.

A Amic é uma organização não governamental (ONG) que procura estruturar-se para desenvolver vários projectos de auxílio às crianças de Bissau. Crianças abandonadas, empurradas para a rua pela própria família, para a prostituição e para trabalhos que contêm excessivos sinais de escravidão. Alguns deles são mesmo uma espécie de novos escravos, neste país encravado na antiga costa da escravatura, da Guiné Equatorial ao Senegal, que alimentava as Américas de carne fresca e servil para os trabalhos mais pesados.

Mutaro vagueia de manhã pela zona da Baiana, a esplanada mais vistosa, e praticamente única, de Bissau, em busca de clientes que lhe paguem, na melhor das hipóteses, "quatro conto" e, na pior, sempre há os que não só não lhe pagam como o correm a pontapé e o insultam.

Mas Mutaro é apenas um pequeno par de olhitos perdidos no vazio, no meio daquele exército de crianças que se arrasta pelas esquinas do Mercado Central, dos Armazéns do Povo ou pelos cais do velho porto onde sempre aparecem marujos prontos a sair a terra com vestimenta lavada e sapato a pedir uma engraxadela. Sempre aparecem por ali uns estrangeiros, perdidos num triste passeio pela desolação e caos em que a cidade está mergulhada.

Então, ali, entre o porto de Bissau e o de Pidjiguiti, o mau cheiro é ainda mais forte do que a miséria das casas e das pessoas. Corsários de piratarias antigas deitam-se nos muros a dormitar, pescadores dos Bijagós vêm em busca de mantimentos e melhores peças para as suas velhas barcaças, militares andam numa azáfama com um ar de quem está de serviço, mas sem que se perceba o que fazem. Pouco provável será que se lembrem de engraxar os sapatos, até porque a maioria está descalça, mas Mutaro e os seus amigos, muitos deles também de Paunca e de outras tabancas do Leste, por ali estão a disputar clientes. Começaram a regressar a Bissau nos últimos dias, depois de um período de férias imposto pela família, que os mandou regressar às aldeias com medo dos problemas e da violência que poderiam acontecer por causa das eleições.

Fome e porrada

Mutaro, apesar da sua tristeza, não parece tão infeliz como Djoco. Pequenina, tem um olhar arrebitado e vivo, que, no entanto, não esconde o ar sombrio que o seu rosto adquire ao falar dos seus dias e da forma como os vive. Djoco tem sete anos e, manhã cedo, aí por volta das oito, já vem de tabuleiro de fruta à cabeça a palmilhar os seis quilómetros que distam do bairro de Contum até ao centro de Bissau. Tem o dia todo para vender umas poucas bananas que esturricam ao sol no tabuleiro. Tarefa que seria fácil não fosse a forte concorrência. Muitas vezes não volta para casa à noite e dorme na rua. Já sabe o que a espera por não ter conseguido vender as bananas todas: porrada ou fome, ou ambas as coisas. Djoco também só come uma refeição diária, a não ser que o dia de vendas seja excepcional e conquiste o prémio de ver o jantar reforçado.

O Contum é um bairro enorme, pobre e a afundar-se numa pressão demográfica que empurra as pessoas, sobretudo as crianças, para a rua e para a submissão a uma exploração desenfreada, seja da capacidade de trabalhar, seja do próprio corpo. Mas não é nenhum caso excepcional, porque o mesmo acontece nas casas de adobe, de tijolos ou apenas de capim, com abrasadores telhados de chapa de zinco, coberta de colmo, que se espalham pelos outros bairros de Bissau. Em Quelélé, já há cenas de situações conhecidas de uma única casa albergar entre 15 e 23 pessoas. Núme-

Continua na pág. 11

Continuação da pág. 10

Os meninos operários da Guiné

ros anormais mesmo para África, onde se sabe que as famílias são numerosas.

"No mercado de Bandim, há aí uns dois anos que começaram a surgir umas barracas muito suspeitas, onde a prostituição infantil cresce a olhos vistos." Leopoldo Amado, um dos técnicos da Amic, lembra, com mágoa, que "tudo isto" é um fenómeno — a prostituição, o abandono das crianças — que não existia em Bissau há uns dois ou três anos. E a verdade é que não há piores sinais das doenças de uma sociedade do que aqueles que decorrem da forma como as crianças são tratadas e encaradas. Muitos dos meninos de Bissau são duplamente explorados, pela sociedade e pela família.

Carta de "putaria"

A prostituição infantil cresce a olhos vistos em Bissau, apesar de os seus sinais exteriores, nas ruas e nas esquinas, não serem tão expostos como em outras partidas do mundo. Mas Mariama, que tem 15 anos e já deixou a escola, onde poucas letras aprendeu, sabe que para "fazer nome e dinheiro nos negócios de putaria", como diz na sua ingenuidade bravia, não precisa de ir para as ruas. Basta-lhe passear-se pelos dois ou três bares e discotecas de Bissau para arranjar clientes, que sempre lhe dão uns 50 ou, em dias de festa, 100 mil pesos.

As noites passeia-se ufana e altiva pelas sombras da discoteca Cabana, a "catedral" da boémia guineense, mas também da prostituição infantil. Ou, se quiserem, os que não gostam de rótulos e podem achar excessiva esta interpretação das poses, das conversas e da malícia, a Cabana pode ser também a catedral dessa "atitude cultural" tipicamente africana que reside no libertar desinibido do corpo e da libido. Mariama podia ser só isso, mas a obrigação de levar dinheiro para casa, evitando assim ser expulsa de casa, empurrou-a claramente para as margens do sexo a dinheiro.

O sonho que alimenta é viajar para Lisboa, onde tem família. Ainda fala em arranjar um trabalho e viver de outro modo, mas acomoda-se perante o espectro das dificuldades que, sabe bem, os emigrantes passam fora do seu país. Sempre é mais fácil "ganhar muitos conto com estas coisa que Deus mi deu". Se não conseguir viajar para Lisboa, pensa sair uns tempos até ao Senegal, onde "tem manga [muitos] di estrangero".

Do Senegal também vem muita da carne humana que alimenta as bancas da oferta guineense. Algumas são mais velhas, mas também as há dos 17 anos para baixo que ostentam a sua beleza negra por corredores mais elegantes do que os da Cabana. Mariama travou conhecimento com algumas e contenta-se de ter aprendido muito com as senegalesas. "Têm carta di putaria", diz com ar sério, de quem respeita a sapiência encartada e letrada de outrem.

A abertura das fronteiras na sub-região desta parte da África Ocidental é, para muitos guineenses, responsável por alguns destes fenómenos, sobretudo os da prostituição e da gatonagem, que, nos últimos tempos, é a principal preocupação de quem vive em Bissau. Não são poucas as histórias de assaltos que terminam em tragédias de violência, com sangue e mortos a temperá-los. Mesmo diplomatas, com segurança em casa, já foram assaltados por várias vezes.

Mas a verdade é que nem tudo se explica pela abertura das fronteiras. A miséria e a pobreza que se instalaram com toda a pompa e circunstância em Bissau nada têm a ver com os estrangeiros. O problema reside no poder que nada tem para oferecer às suas crianças: nem escolas, nem jardins, nem pirolitos sequer.

Leopoldo Amado e Fernando Cá recebem o PÚBLICO na sede da Amic, uma sala ampla, subdividida por biombos de madeira e uns móveis altos. Nas prateleiras têm livros e brinquedos de latão, feitos pela arte das crianças. São ambos técnicos desta ONG, que, com o apoio de outras, sobretudo da Radda Barnem, sueca, tende a lutar por inverter a situação dramática das crianças guineenses. Mas, apesar do optimismo com que falam, temem que seja tarde de mais para evitar que uma geração inteira se perca nos caminhos do abandono e da marginalidade. "A situação da crianças, aqui, na Guiné-Bissau, é sombria", diz Leopoldo Amado. Lembra que a esmagadora maioria das crianças de Bissau entre os 14 e os 15 anos não tem sequer a 4ª classe.

A Carta das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança é uma fábula para os menores na Guiné-Bissau. Está no domínio do sonho e do irreal quando diz que, em média, uma criança deve ter cinco refeições por dia. "Aqui comem uma vez e mal." Em bairros como o Militar é vulgar encontrar crianças de estômagos dilatados e salpicados por inchaços de infecções, provocados pela má nutrição.

As sociedades tradicionais do mosaico étnico guineense não atribuem qualquer especial direito às crianças, que estão proibidas de emitir opiniões sobre a sua própria vida. O alcoolismo é uma característica cada vez mais constante nas tabancas e o factor que mais as empurra para fora de casa. "Se não trabalham, são expulsas da comunidade", explica Fernando Cá. Também algumas práticas tradicionais, como o fanado (circuncisão), afectam gravemente a saúde infantil. Muitas ficam deficientes, ou morrem mesmo. Quando nascem gémeos, por exemplo, há tabancas em que uma das crianças é morta, por os seus pais acreditarem que é portadora de maus espíritos.

Nas leis do país, apesar de a Guiné ter ratificado a Carta das Nações Unidas e a Carta Africana dos Direitos da Criança, não existem mecanismo de protecção. No edifício legal guineense não existe o Tribunal de Família e há apenas um departamento no Ministério da Justiça, que se confronta com graves problemas de funcionamento.

Para a Amic o pior é a desagregação do núcleo familiar. "Quando o sustento da casa é garantido por uma miúda de 15 anos que se prostitui, já não se sabe quem manda em casa."

Gabriela Ferreira tem cinquenta e poucos anos e vive em Mansoa. É uma mulher irrequieta que gosta de falar do seu trabalho. Ela própria doou um terreno para construir umas instalações que sirvam como ponto de referência às crianças pobres de Mansoa. Aqui, uma zona rural ainda próxima de Bissau, os problemas também abundam. O abandono é total e registam-se casos de violência sobre crianças, bem como dezenas de violações.

Em Fevereiro deste ano, um menino de sete anos foi mandado pela família cuidar de gado nas imediações da sua tabanca. Passadas algumas horas, os pais começaram a ficar inquietos porque tardava a regressar. Foram procurar na mata para onde o tinham mandado e não podiam ter tido descoberta mais macabra: encontraram pedaços do corpo do filho. Fora comido pelos lobos que infestavam a região.

O triângulo de Mansoa, Nhacra e Bissorã, na região de Oio, é conhecido pela violência de alguns casos de abandono e de repressão das crianças. António Samy, um dos colaboradores de Gabriela Ferreira, conta o caso, também recente, de um bebé de três anos que foi envenenado pela própria mãe, com um produto tóxico utilizado na agricultura. Lembra ainda outra morte registada em Maio. Um bebé de dois anos morreu sozinho em casa. A mãe foi vender sumo numa feira próxima e só deu com o filho morto umas quatro horas depois.

Entre Nhacra, Mansoa e Bissorã estão contados 521 órfãos. Só Nhacra tem 293 crianças sem pai. Muitas dessas crianças não têm nem pai nem mãe. Estão em permanente viagem para Bissau, onde nem sempre ficam. Alguns acabam por voltar à terra com más experiências no corpo. Maus tratos e humilhações, de patrões que os obrigavam a trabalhar em regime de escravidão. Por ali, tudo está por fazer, menos a generosidade de algumas almas. ■

Reconverter os armamentos

PÚBLICO, 18.7.94

O MINISTRO sul-africano da Defesa, Joe Modise, teve de tomar nestes dois últimos meses uma decisão crucial: manter a indústria de armamentos, responsável pela morte de tantos guerrilheiros seus quando comandava a ala armada do Congresso Nacional Africano (ANC), ou simplesmente fechá-la.

Modise escolheu a primeira opção, justificando a decisão com o grande número de empregos em causa e com as divisas externas provenientes das exportações de armas. Actualmente, a indústria de material bélico ganha mais divisas do que qualquer outro sector de produtos manufacturados.

Mudanças no palco político obrigaram a Armscor, a grande indústria sul-africana de armamentos, a reestruturar-se em profundidade. Ficou essencialmente como agente de compras das Forças Armadas nacionais e deixou à Denel, criada em Abril de 1992, a função de assumir o controlo das 18 divisões que na África do Sul produzem material bélico.

O Governo de Pretória continua a ser o maior accionista da Denel, mas esta organização ou congregado de organizações funciona agora de acordo com princípios de mercado: tem lucros, paga dividendos, paga impostos e não recebe verbas do Estado. Cada uma das suas 18 secções é rentável e tem de se manter assim para garantir a sobrevivência. Nos últimos quatro anos, o quadro de pessoal foi cortado em 60 por cento e passou a 14 mil trabalhadores, havendo agora planos para o reduzir ainda mais.

Vender a toda a gente

Há duas semanas o presidente da Denel, John Maree, anunciou que vai vender canhões móveis do tipo G6 (155 milímetros) ao sultanato de Omã. A empresa fornecerá treino e assistência logística durante os próximos dois anos, garantindo assim pelo menos quatro mil postos de trabalho.

A entidade em causa está a vender cada vez menos para as forças de segurança sul-africanas; e para compensar isso precisa aumentar as suas exportações. O cancelamento de sanções facilita este objectivo e no ano fiscal de 1993 as exportações subiram em 34 por cento em relação ao ano anterior. Actualmente, as exportações representam quase vinte e cinco por cento das suas vendas.

Entretanto, o grande negócio que pode assegurar o futuro da Denel encontra-se no interesse do British Army Air Corps em comprar 90 helicópteros. O gerente geral da Atlas Aviation, um dos ramos da nebulosa Denel, Kobus Eksteen, disse que tem boas possibilidades de vender o seu helicóptero Rooivalk (falcão vermelho) ao ministério britânico da Defesa. Em entrevista a uma revista do Reino Unido, o director do Army Air Corps, general Simon Lytle, disse: "Estou espantado com o Rooivalk. Representa uma façanha incrível que a Atlas, durante um período de isolamento internacional, tenha conseguido produzir um helicóptero tão eficiente. É extremamente ágil e potente".

Apesar dos êxitos conseguidos no sector militar, os executivos da associação de empresas Denel estão a estudar meios para aproveitar a sua tecnologia para fins civis. A grande holding gostaria mesmo de mudar a sua imagem de uma entidade puramente militar e contribuir mais para a reconstrução e desenvolvimento da África do Sul, um país em que tantos põem agora tantas esperanças.

Militares, empresários e cientistas estão agora a transformar o que conseguiram fazer durante os anos do "apartheid" num motor para revitalizar a economia do país, transformando-o num dos grandes vendedores mundiais de armas e de materiais com elas relacionados. ■

Steven Lang, em Joanesburgo.

ASSINE ASSINE
SINE ASSINE
E ASSINE
ASSINE
SINE
E

estudos
AFRO-ASIÁTICOS

A
ASS
ASSIN
ASSINE A
ASSINE ASS
ASSINE ASSIN

Capitães do esgoto

PÚBLICO, 18.7.94

EM DIA de sol é fácil encontrá-los nas lixeiras, nas bolanhas (arrozais) de águas sujas que invadem a zona pantanosa de Chão de Papel. São dezenas de crianças que se banham nas águas dos esgotos que ali correm, ou simplesmente pescam tainhas pequenas que se juntam à babugem da porcaria e dos dejectos. Por ali, nem os peixes prestam para comer, e a cana de pesca é um mero entretimento para escoar o tempo. O cheiro é insuportável, provoca uma agonia em que deixa o vómito à beira de escapulir pela garganta. É preciso ter cuidado onde se pisa porque as terras — negra mistura de torrões com lixo — é movediça e pode enterrar-se as botas até ao joelho. Só aquelas crianças descalças que já nem riem conhecem os segredos e as artimanhas para caminhar pelo aterro sem percalços.

O mais velho do grupo com quem o PÚBLICO falou tinha 12 anos. Tinham vindo lá do Alto Bandim onde costumam dormir e eram quase todos do interior do país. Uns vivem com parentes mas já há alguns dias que não conseguiam pagar a renda e, por isso, não apareciam em casa.

Todos eles podiam ser personagens dos "Capitães da Areia", de Jorge Amado, se Bissau fosse São Salvador da Baía nos anos do princípio do século, ou se o lixo fosse a areia e a água a das praias da Barra. Mas não, não são personagens de Jorge Amado. São figurantes reais de um drama bem real, guineense, que começa a esboçar-se, explosivo e ameaçador.

Afome aperta

Porque a fome aperta e o trabalho, quando há, é duro, uniram-se em bandos para fazer "pequenas safadezas". Vão ao Mercado do Bandim e um rouba fruta das bancas enquanto os outros distraem os vendedores. Descem até ao Mercado Central e, se alguma carteira lhes sorri, não perdoam. Têm 10, 11 ou 12 anos os que podem aspirar à liderança do grupo. Os mais pequeninos são protegidos e utilizados na mendicidade. A tristeza profunda que conseguem fazer sair dos olhos ou a candura que podem extrair de um sorriso largo servem às mil maravilhas para despertar a generosidade de quem passa. São sobretudo estrangeiros os alvos da sua chantagem emocional.

Salam é o chefe do grupo e veio do Sul. É balanta, mas parece ter renunciado a uma das melhores características dos da sua raça: a enorme capacidade de trabalhar no campo. Os balantas tanto são possantes e abnegados lavradores, como bravos guerreiros que se notabilizaram na guerra colonial contra os portugueses. Foram a chave da libertação do país, enchendo os celeiros de pão e pegando nas armas que empurraram os "tugas" para o mar e para os ares dos caminhos de regresso a Portugal. Salam não sabe nada desses tempos, mas, do alto dos seus 12 anos, exibe a altivez balanta. Dirige um bando de 15 a 20 crianças que se acoita nos prédios abandonados de Chão de Papel. O pai morreu cedo porque tinha o corpo cheio de "cansaço" (leia-se "álcool") e a mãe enlouqueceu. Para as bolanhas sulistas é que não quer mais voltar. ■

Três mortos em motim de soldados

PÚBLICO, 19.7.94

DOIS POLÍCIAS moçambicanos e um civil morreram ontem durante um confronto com soldados governamentais que se haviam amotinado na localidade de Namialo, no Norte do país, devido às demoras que se estão a verificar na prevista desmobilização.

Mais de 1100 soldados estão acantonados na zona de Namialo, sob a responsabilidade das Nações Unidas, e alguns encontram-se lá já há mais de seis meses, à espera do seu regresso à vida civil, depois de muitos anos de guerra.

Os acantonamentos deveriam ser apenas zonas de trânsito pelas quais antigos soldados tanto do regime como da Renamo teriam de passar a caminho do seu regresso a uma vida civil ou da integração nas novas Forças Armadas unificadas.

Este último surgiu na sequência de uma série de outros motins que têm sido protagonizados tanto por homens oriundos das fileiras da Frelimo como das da Renamo, os quais pedem melhores condições de vida nos acantonamentos e que a permanência nos mesmos não se eternize.

Na quinta-feira passada, tropas governamentais barricaram a estrada que passa no distrito de Massinga, 70 quilómetros a norte de Maxixe e uns 600 acima de Maputo, a capital, tendo então exigido desmobilização imediata e aumento do subsídio que lhes foi prometido para a reintegração social.

Noutro caso, guerrilheiros da Renamo mantiveram como reféns 70 veículos e 300 pessoas numa base que possuem na província de Manica, só os libertando em troca de mantimentos para um mês e de promessas de rápida desmobilização.

Cada um dos antigos contendores deve fornecer 15 mil homens para as novas Forças Armadas de Defesa de Moçambique, a consolidar antes de o país ir às urnas, no próximo mês de Outubro, a fim de escolher um Presidente da República e uma Assembleia Nacional.

Entretanto, tanto o chefe da Renamo, Afonso Dhlakama, como os principais partidos da oposição que não andou na guerra acusaram o Governo de estar a manipular o processo eleitoral, designadamente na fase de recenseamento, que vai até 20 de Agosto.

Dhlakama disse à France Presse que as autoridades entregam cartões de eleitor que estão incompletos, não sendo portanto válidos, inscrevem como eleitores cidadãos de países vizinhos e atrasam deliberadamente os trâmites do recenseamento, para que o mesmo não seja feito por inteiro nas zonas rurais. ■

Pretória confiante

PÚBLICO, 19.7.94

O MINISTRO sul-africano dos Negócios Estrangeiros, Alfred Nzo, afirmou ontem em Pretória que o processo negocial para a paz em Angola, que decorre em Lusaca desde o ano passado sob mediação das Nações Unidas, está já em "fase avançada".

A declaração fazia parte de um comunicado distribuído depois da audiência que Nzo concedeu a uma delegação da UNITA chefiada por Jorge Valentim, porta-voz do grupo de elementos desse partido que tem estado na capital zambiana a negociar.

Por seu turno, Valentim disse à agência Lusa ter ficado "muito satisfeito" com o resultado da reunião em Pretória, que durou quatro horas, mas não deu pormenores.

Há já mais de uma semana que se espera que o líder da UNITA, Jonas Malheiro Savimbi, visite a África do Sul, para uma reunião com o Presidente Nelson Mandela, admitindo-se agora que isso possa acontecer durante os próximos oito dias.

No dia 7 deste mês Mandela foi o anfitrião de um encontro entre os presidentes de Angola, José Eduardo dos Santos, e do Zaire, Mobutu Sese Seko, na presença do seu homólogo de Moçambique, Joaquim Chissano.

O objectivo tentado foi conseguir que Mobutu, a troco da recuperação de alguma credibilidade internacional, tirasse um pouco o tapete à UNITA e dificultasse a este partido a entrada de armamento em Angola, onde o mesmo tem estado a controlar uma grande parte do território e a manter em xeque as autoridades de Luanda.

Ainda ontem a Voz da Resistência do Galo Negro (Vorgan), emissora da UNITA, afirmou que o partido de Savimbi ocupou durante o fim de semana alguns bairros da cidade do Kuíto (a antiga Silva Porto do tempo colonial), capital da província do Bié, onde desde há mais de um ano a situação tem sido de grande impasse entre uma e outra das partes em conflito, com avanços e retrocessos.

A UNITA também reivindicou a tomada de Belize, a 180 quilómetros da cidade de Cabinda, na província do mesmo nome, e a não mais de 40 da fronteira com o Zaire.

Em ocasiões anteriores, o movimento armado liderado por Jonas Savimbi havia desmentido acusações governamentais de que estivesse a actuar em coordenação com os guerrilheiros da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), entidade autonomista fragmentada numa série de facções. ■

A primeira visita de Mandela

PÚBLICO, 20.7.94

NELSON Mandela chega hoje a Maputo para a sua primeira visita oficial a um país estrangeiro como Presidente sul-africano. Além de agradecer aos "irmãos moçambicanos" o apoio prestado na luta contra o "apartheid", Mandela discutirá o futuro das relações bilaterais à luz das novas realidades políticas na região.

Fontes oficiais moçambicanas sublinharam a necessidade de redefinir o papel de Pretória na África Austral, com vista a uma maior integração regional.

A vertente militar não deixará por certo de ser abordada, na sequência da recente conferência de Windhoek sobre paz e segurança regional nos países da Conferência para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Segundo o ministro moçambicano dos Negócios Estrangeiros, Pascoal Mocumbi, a conferência de Windhoek abordou questões relacionadas com a "institucionalização de mecanismos de preservação da paz".

O ministro sul-africano da Defesa, Joe Modise, esteve há dias em Maputo, para discutir com as autoridades moçambicanas matérias de segurança na fronteira comum, nomeadamente contrabando de armas.

A cooperação militar é uma questão "em aberto", segundo Mocumbi. Fontes em Maputo consideram que existem condições para uma futura participação sul-africana na formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), em caso de vitória da Frelimo nas eleições de Outubro.

Até lá, ao abrigo dos acordos de Roma, o treino das FADM está a cargo de instrutores portugueses (forças especiais e fuzileiros), britânicos (infantaria) e franceses (desminagem militar). Devido a sucessivos atrasos no processo de paz, a formação das FADM estará concluída em apenas 50 por cento por ocasião do escrutínio. Caberá depois ao Governo eleito a escolha dos parceiros de cooperação para a preparação dos restantes efectivos.

O irmão sul-africano

Segundo fontes diplomáticas, a visita de Mandela ocorre num momento delicado das relações entre Washington e Maputo, quando crescentes sectores da Frelimo começam a privilegiar o "irmão sul-africano" em detrimento do "amigo americano".

As boas relações com os EUA sobreviveram através do poder popular. Graças ao alegado "maoismo" de Machel e ao talento diplomático de Chissano (então ministro dos Negócios Estrangeiros), o Governo contou sempre com o reconhecimento norte-americano e gozou de uma condescendência invulgar de Washington para com um Estado marxista-leninista.

Em contrapartida, a Renamo nunca logrou ser vista nos EUA como a "UNITA moçambicana". Um historial de péssimos relatórios sobre direitos humanos em Moçambique manchou durante anos a imagem da Resistência Nacional nos Estados Unidos.

Nas últimas semanas, porém, as tradicionais boas relações Washington-Frelimo azedaram. Afonso Dhlakama foi bem acolhido em Washington e parece ter conseguido melhorar a imagem, logrando mesmo obter o apoio do Departamento de Estado para certas posições da Renamo, como a formação de um Governo de Unidade Nacional depois das eleições. Mais tarde, na recepção do 4 de Julho em Maputo, o embaixador Dennis Jett criticou claramente a demora no acantonamento dos efectivos governamentais. ■

José Pinto de Sá, em Maputo

A festa das Tordesilhas

PÚBLICO, 21.7.94

OS 500 anos da assinatura do Tratado de Tordesilhas estão a ser assinalados desde terça-feira na cidade do Mindelo, ilha de S. Vicente, com múltiplas actividades, recreativas, sociais e culturais. Entre as personalidades cabo-verdianas e portuguesas ligadas ao meio político e cultural que se deslocaram à ilha para celebrar o acontecimento, encontra-se o comissário-geral da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Vasco Graça Moura, que na quarta-feira lançou o seu livro "Tratado de Tordesilhas", editado pelos CTT.

Por sua vez, o historiador cabo-verdiano António Correia e Silva, que integra a equipa luso-cabo-verdiana que em Portugal trabalha na "História Geral de Cabo Verde", proferiu ontem, no Centro Cultural Português, uma conferência alusiva à importância geoestratégica deste arquipélago atlântico ao longo dos séculos.

No porto natural do Mindelo, conhecido pelas suas águas profundas, encontram-se cinco navios de guerra (dois de Portugal, dois de Espanha e um do Brasil) para participar nas comemorações. Rumarão depois para Belém do Pará (Brasil), onde, com embarcações congéneres da Argentina e Venezuela, irão posicionar-se ao longo da linha através da qual, a partir do ponto mais a ocidente de Cabo Verde, os negociadores portugueses e espanhóis dividiram o mundo entre os respectivos países, em 1842.

O programa de actividades prevê ainda o desfile de bandas militares, bem como a inauguração de exposições e monumentos que têm como tema a presença ou feitos portugueses por estas paragens. Do local onde se encontrava (Praça da Estrela) foi removida a estátua do navegador quinhentista Diogo Afonso e colocada numa zona mais estratégica do Mindelo, frente ao mar.

Também ontem, foi inaugurado o padrão da autoria do escultor João Cutileiro em homenagem a Gago Coutinho e Sacadura Cabral, que em 1922 efectuaram a primeira travessia aérea transatlântica e fizeram em Cabo Verde uma das suas escalas. O antigo monumento aos dois aviadores, que se desfez nas mãos de Cutileiro quando este se preparava para proceder à restauração, foi substituído por um mais original. Feito em mármore, o novo padrão foi colocado na Avenida Marginal, perto do local onde a aeronave Lusitânia amarou, na sua viagem para o Brasil.

Trata-se da segunda obra de Cutileiro em Cabo Verde: a primeira está na ilha de São Nicolau e assinala os 500 anos da viagem que conduziria Pedro Álvares Cabral ao Brasil. Surgiu, entretanto, uma proposta feita por um grupo de cidadãos no sentido de encomendar ao escultor português um monumento em homenagem ao escritor cabo-verdiano Baltasar Lopes da Silva, a ser colocado no Mindelo.

Em destaque no próximo de fim-de-semana estará a inauguração de mais uma feira do livro, na Cidade da Praia. Na sexta-feira, no Centro Cultural Português, também na capital cabo-verdiana, os escritores José Eduardo Agualusa (Angola) e Mia Couto (Moçambique), ao lado do seu colega cabo-verdiano Germano Almeida, falarão da obra um do outro.

Promovida pelo Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro (IBNL), esta feira do livro irá expor cerca de 25 mil exemplares, abarcando 1800 títulos de onze áreas e englobando 59 editoras, três das quais cabo-verdianas. Entre estas, sobressai o Instituto Cabo-Verdiano do Livro, organismo que todos os anos realiza este evento que já faz parte dos hábitos dos leitores deste país africano de língua oficial portuguesa.

Prevista no programa está ainda a realização de uma "festa popular", a ser animada por um agrupamento musical mindelense. ■

José Vicente Lopes, na Cidade da Praia

Savimbi diz sim a diálogo com Mandela

PÚBLICO, 22.7.94

O PRESIDENTE da UNITA, Jonas Savimbi, aceitou dialogar com o Presidente sul-africano, Nelson Mandela, na procura de uma solução de paz para Angola, para o que "parece faltar resolver muito poucas questões", disse, em Joanesburgo, o director-geral adjunto do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Derek Auret, citado pela Lusa.

Segundo Auret, o Governo sul-africano teve esta semana discussões "muito interessantes" com uma delegação da UNITA, chefiada por Jorge Valentim, e está a considerar os passos seguintes que garantam o êxito do processo negocial pacificador.

"Creio ser já do conhecimento público que o dr. Savimbi aceitou o convite do Presidente Mandela para dialogar com ele, e foi para isso que enviou esta delegação, de forma a estabelecer as regras no terreno e as posições de ambos os lados para esses encontro", disse.

Entretanto, o Presidente zairense, Mobutu Sese Seko, que joga um papel importante na procura de uma solução de paz para o conflito angolano, seguiu ontem de avião para Moçambique, onde deverá encontrar-se com os seus homólogos moçambicano e sul-africano, Joaquim Chissano e Nelson Mandela, dois dos chefes de Estao e de Governo que estão em Maputo para assistir ao II Fórum sobre Ciência e Tecnologia, em que participam outras 140 personalidades.

Aliado tradicional da UNITA, Mobutu, que aceitou consultas permanentes sobre questões de segurança e defesa com o Governo angolano do Presidente José Eduardo dos Santos, assistirá este mês, em Pretória, à cimeira convocada para tentar resolver o conflito. ■

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (*Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to*): **Sociedade Brasileira de Instrução – Centro de Estudos Afro-Asiáticos – Rua da Assembléia, 10, Conj. 301 – CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil – Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155.** Assinatura anual (em dólar comercial): *Instituições internacionais:* US$ 250.00; *nacionais:* US$ 200.00; *Pesquisadores:* US$ 100.00. *WE ASK FOR EXCHANGE.*

Mandela em Moçambique

O PRESIDENTE Nelson Mandela assinou ontem em Maputo um acordo geral de cooperação entre a África do Sul e Moçambique, no seu primeiro dia de visita oficial ao Estado vizinho. O chefe de Estado sul-africano foi recebido ao princípio da tarde de ontem em ambiente de festa no aeroporto de Mavalane pelo seu homólogo Joaquim Chissano, acompanhado por todo o Governo e o corpo diplomático acreditado no país. Em simultâneo, surgiam notícias de mais um motim entre os soldados governamentais colocados na cidade de Angoche, costa norte de Moçambique, que exigem a sua desmobilização. De acordo com a Rádio Nacional, foi morto um civil durante os distúrbios. ■

PÚBLICO, 21.7.94

IMPRESSO